

CARTA DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**EXERCÍCIO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2025**

A Cooperativa de Crédito e Serviços Financeiros de Curitiba e Região Metropolitana – Coopesf inscrita no CNPJ 05.097.757/0001-69, remete ao Banco Central do Brasil as demonstrações financeiras e demais documentos listados abaixo para publicação na Central de Demonstrações Financeiras do Sistema Financeiro Nacional em conformidade com Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020.

- Relatório da Administração;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado;
- Demonstração do Resultado Abrangente;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- Notas Explicativas;

Declaração de Responsabilidade da Administração

Reconhecemos nossa responsabilidade pela publicação das demonstrações financeiras e demais documentos contidos neste arquivo.

Cumprimos com nossa responsabilidade pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras em conformidade com a regulamentação emanada do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil.

Informamos que todas as transações foram registradas na contabilidade e estão refletidas nas demonstrações financeiras, que os pressupostos significativos utilizados por nós ao fazermos as estimativas contábeis são razoáveis, e que todos os eventos subsequentes à data das demonstrações financeiras e para os quais exigem ajustes ou divulgação foram ajustados ou divulgados, sendo que os efeitos das distorções não corrigidas são imateriais, individualmente ou de forma agregada, para as demonstrações financeiras como um todo.

Confirmamos que as demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, encontram-se nesta data, devidamente aprovadas para fins de divulgação, pelos níveis competentes na administração.

Curitiba, 30 de junho de 2025

DocuSigned by:


14D320755CB64E0...

Assinado por:


D3039D6A199446A...

DocuSigned by:


B8DAEB7FBCFB40D...

**COOPERATIVA DE CREDITO E SERVIÇOS FINANCEIROS DE CURITIBA E REGIÃO
METROPOLITANA- COOPESF**

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

EXERCÍCIO SOCIAL 30 DE JUNHO 2025

Em atendimento às exigências legais e regulatórias vigentes apresentamos o Relatório da Administração da Cooperativa de Crédito e Serviços Financeiros de Curitiba e Região Metropolitana – COOPESF, relativo ao encerramento do 1º Semestre de 2025 finalizado em 30 de junho de 2025.

A situação econômica do Brasil e Mundial no primeiro semestre de 2025 foi caracterizada por uma série de fatores que causaram incertezas, dentre as principais destaca-se o impacto das tarifas comerciais implementadas pelo governo dos Estados Unidos, a intensificação de conflitos armados no Oriente Médio e o aumento da taxa de juros no Brasil. Eventos que colaboraram para um ambiente de instabilidade, afetando as expectativas econômicas e tornando o cenário ainda mais desafiador para investidores, tanto no Brasil quanto no exterior.

Em relação as projeções do IPCA de dezembro de 2024 e junho de 2025, o mesmo subiu de 4,96% para 5,20%, indicando que as expectativas para a inflação no horizonte relevante estão acima das inflacionárias, comportamento que mantém o Banco Central em estado de alerta e justifica a última decisão de elevação da taxa Selic para 15% ao ano, com viés de estabilidade até que haja sinais mais consistentes de convergência da inflação à meta estipulada pelo Conselho Monetário Nacional, o desvio persistente em relação ao objetivo central do regime de metas indica um cenário inflacionário ainda desafiador.

A economia brasileira em 2025 apresenta um panorama de desaceleração, as previsões de crescimento do PIB ficam na casa dos 2% a 2,5%, impulsionado pela continuidade do crescimento na agropecuária, mas enfraquecido pela desaceleração na indústria e pela política monetária ainda restritiva que afeta o consumo. A Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) atingiu 63,7% do PIB (R\$7,9 trilhões) em julho, o resultado nominal do setor público consolidado, que inclui o resultado primário e os juros nominais apropriados, foi deficitário em R\$175,6 bilhões em julho, fato que influencia ainda mais nas incertezas econômicas do Brasil.

A alta dos juros, elevação do custo de vida, aumento dos impostos, alta da inflação, elevação da dívida pública gerando incertezas econômicas afetam diretamente a capacidade de pagamento das empresas e famílias brasileiras, a inadimplência no Brasil atingiu níveis recordes em 2025, com cerca de 30% das famílias brasileiras em situação de endividamento e dificuldades para pagar as contas.

As consequências dos fatos acima, atingiram também a Coopesf que no início do ano de 2025 enfrentou inadimplência de quatro empresas do ramo de construção, um salão de cabeleireiro e uma panificadora, todas as operações analisadas pelas respectivas alçadas (Gerências, Diretorias e Comitê de Crédito – sendo uma delas inclusive pelo Conselho de Administração), todas tendo sido visitadas pelas nossa Gerência de Expansão e Diretoria de Crédito, nenhuma delas apresentando qualquer tipo de restrição até aquele momento, e com faturamentos compatíveis com os valores, uma delas com parte da operação como desconto de duplicatas contra terceiras empresas, mas que não foram quitadas em seus vencimentos, sendo notificadas, encaminhadas a protesto, sem solução, e na sequência interpostas ações judiciais cíveis e criminais.

Por outro lado, e coincidentemente no mesmo período, tivemos a inadimplência de empresa de tecnologia e sistemas, operação aprovada por todas as alçadas, inclusive Conselho de Administração que por questões de mercado apresentou atrasos anteriormente, que foram sanados, mas que a partir de janeiro 2025 não conseguiu cumprir com seus compromissos e voltou a inadimplir.

Ao contrário das primeiras empresas acima citadas, que estão em execução, com esta última empresa estamos com renegociação encaminhada a ser concretizada no 2º semestre, agregando uma garantia de penhor dos Direitos Autorais de Domínio de Sistema de Software desenvolvidos e comercializados pela mesma, empresa que fez de saneamento financeiro, reduzindo seus custos de aluguel e funcionários no último ano, entendemos que poderá cumprir com os pagamentos das parcelas dessa renegociação.

Temos também atraso em repasses de uma garantidora de crédito, criada por instituições oficiais com aportes das prefeituras municipais, que garante 80% do valor de cada operação e está programado receber o valor faltante nos próximos meses.

Com a implantação da Res. 4966 fomos sensivelmente afetados, pois essas inadimplências geraram, a partir de abril, além das provisões geradas pelos respectivos atrasos, agravaram com a contabilização de Perdas Esperadas, dentro da nova metodologia de cálculo desta resolução.

Em que pese os desafios econômicos e a inadimplência a Coopesf vem aprimorando cada vez mais seu potencial de negócios, buscando redução de despesas e aumento de receitas, sendo que os desafios, por mais difíceis que sejam, são um instrumento motivador para a Coopesf, que busca crescimento e desenvolvimento.

Sendo assim agradecemos aos Funcionários, Diretores, Conselheiros, Prestadores de Serviços destacando que sem os mesmos não se conseguiria a resiliência permanente de sempre atender bem nosso cooperado.

Curitiba, 30 de junho de 2025

Cooperativa de Crédito e Serviços Financeiros de Curitiba e Região Metropolitana – Coopesf

Fontes:

<https://www.bcb.gov.br/content/focus/focus/R20250926.pdf>, <https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/category/sumario-executivo/>,
<https://www.bcb.gov.br/estatisticas/estatisticasfiscais#:~:text=D%C3%ADvida%20L%C3%ADquida%20do%20Setor%20P%C3%ABlico,p.p.%20do%20PIB%20no%20m%C3%AAs>,
<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2024-12/inadimplencia-atinge-em-novembro-maior-indice-desde-outubro-de-2023>
<https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/inadimplencia-das-familias-sobe-a-300-em-julho-maior-nivel-desde-setembro-de-2023-diz-cnc/>,
<https://g1.globo.com/economia/noticia/2025/08/07/inadimplencia-cresce-e-atinge-maior-patamar-em-quase-dois-anos-aponta-cnc.ghtml>

COOPERATIVA DE CRÉDITO E SERVIÇOS FINANCEIROS DE CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA - COOPESF
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS
BALANÇO PATRIMONIAL (Em Reais)
SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2025

ATIVO	NOTA	30/06/2025
Disponibilidades	04	87.255,60
Instrumentos financeiros		13.678.937,27
Ativos financeiros ao custo amortizado		12.204.075,73
Aplicações interfinanceiras de liquidez	04	417.408,61
Títulos e valores mobiliários	05	50.000,00
Operações de crédito	06	14.032.875,37
Outros ativos financeiros	07	94.350,76
Provisão para perdas esperadas	06	(2.390.559,01)
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado		1.474.861,54
Títulos e valores mobiliários	05	1.474.861,54
Ativos não financeiros disponíveis para venda	08	613.241,54
Outros Ativos		14.940,00
Imobilizado de uso	09	258.800,23
Intangível	10	11.831,22
TOTAL DO ATIVO		14.665.005,86

PASSIVO	NOTA	30/06/2025
PASSIVO		9.125.373,28
Instrumentos financeiros		9.123.897,70
Passivos financeiros ao custo amortizado		9.123.897,70
Depósitos e recursos por emissões de letras	11	8.769.691,66
Relações interfinanceiras	12	1.800,00
Outras obrigações	13	352.406,04
Provisão e outras obrigações com instrumentos financeiros	14	1.475,58
PATRIMONIO LIQUIDO	15	5.539.632,58
Capital social		7.260.319,63
Reserva de capital		-
Reserva de lucros		711.830,94
Sobras ou perdas acumuladas		(2.432.517,99)
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		14.665.005,86

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COOPERATIVA DE CRÉDITO E SERVIÇOS FINANCEIROS DE CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA - COOPESF
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Em Reais)
SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2025

DESCRIÇÃO DAS CONTAS	NOTA	1º SEMESTRE
		2025
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	16	2.674.315,07
Operações de crédito		2.516.116,81
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		158.198,26
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	17	(3.619.346,80)
Operações de captação no mercado		(807.280,69)
Provisão para perdas esperadas		(2.812.066,11)
RESULTADO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(945.031,73)
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	18	10.551,00
Receitas de prestação de serviços		2.891,36
Outras receitas operacionais		7.659,64
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	19	(1.449.226,76)
Despesas de pessoal		(884.772,82)
Despesas administrativas		(529.971,16)
Despesas tributárias		(7.351,68)
Aprovisionamentos e ajustes patrimoniais		(18.022,99)
Outras despesas operacionais		(9.108,11)
RESULTADO OPERACIONAL		(2.383.707,49)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		(0,85)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES		(2.383.708,34)
RESULTADO LÍQUIDO		(2.383.708,34)
ABSORÇÃO - FATES E RESERVAS		13.720,83
RESULTADO DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES		(2.369.987,51)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COOPERATIVA DE CRÉDITO E SERVIÇOS FINANCEIROS DE CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA - COOPESF
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE (Em Reais)
SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2025

DESCRIÇÃO DAS CONTAS	NOTA	1º SEMESTRE	
		2025	2024
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		(2.383.708,34)	-
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES DO PERÍODO		-	-
Itens que serão reclassificados para o resultado		-	-
Itens que não serão reclassificados para o resultado		-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO		(2.383.708,34)	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COOPERATIVA DE CRÉDITO E SERVIÇOS FINANCEIROS DE CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA - COOPESF
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em Reais)
SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2025

Eventos	NOTA	Capital Realizado	Reserva Cooperativas	Sobras/Perdas Acumuladas	Patrimônio Líquido
Saldo em 31/12/2024		7.999.829,72	711.830,94	248.655,55	8.960.316,21
Integralizações de capital		25.810,11	-	-	25.810,11
Baixas de Capital		(1.155.634,69)	-	-	(1.155.634,69)
Juros Sobre Capital Próprio		141.658,94	-	-	141.658,94
Resultado Líquido do Período		-	-	(2.383.708,34)	(2.383.708,34)
Resultado - Absorção FATES e Reservas		-	-	13.720,83	13.720,83
Distribuição de Sobras		-	-	-	-
Distribuição de sobras para capital		248.655,55	-	(248.655,55)	-
Ajustes de transição Res. 4.966/21		-	-	(62.530,48)	(62.530,48)
Saldo em 30/06/2025	15	7.260.319,63	711.830,94	(2.432.517,99)	5.539.632,58
Mutações do Período		(739.510,09)	-	(2.681.173,54)	(3.420.683,63)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COOPERATIVA DE CRÉDITO E SERVIÇOS FINANCEIROS DE CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA - COOPESF
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (Em Reais)
MÉTODO INDIRETO
SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2025

		1º SEMESTRE
DESCRIÇÃO DAS CONTAS	NOTA	2025
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Sobras Líquidas		(2.383.708,34)
Ajustes por:		
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		1.823.084,33
Depreciações		12.286,21
Amortizações		5.736,78
Geração Bruta de Caixa		(542.601,02)
Variações nos Ativos e Passivos		
(Aumento)/Redução de títulos e valores Mobiliários		(50.000,00)
(Aumento)/Redução de operações de crédito		731.240,66
(Aumento)/Redução de outros ativos financeiros		(51.023,26)
(Aumento)/Redução de outros ativos		(14.940,00)
Aumento/(Redução) de depósitos e recursos por emissões de letras		(287.406,25)
Aumento/(Redução) de relações interfinanceiras		1.800,00
Aumento/(Redução) de outras obrigações		(132.226,08)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		(345.155,95)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
(Aquisição)/Alienação de Imobilizado		(3.699,00)
Caixa líquido originado/(aplicado) nas atividades de investimentos		(3.699,00)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Integralizações de Capital Social		25.810,11
Baixas de Capital		(1.155.634,69)
Juros ao Capital		141.658,94
Absorção FATES		13.720,83
Caixa líquido originado/(aplicado) nas atividades de financiamento		(974.444,81)
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA		
		(1.323.299,76)
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período		3.302.825,51
Caixa e Equivalente de Caixa no Final do Período	04	1.979.525,75
AUMENTO / (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		
		(1.323.299,76)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito e Serviços Financeiros de Curitiba e Região Metropolitana – COOPESF, foi constituída em 22 de janeiro de 2002 e autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil em 10 de abril de 2002, tem por seu objetivo estimular a formação e a educação cooperativista e financeira dos seus associados, através de ajuda mútua, da economia sistemática e do uso adequado do crédito, procurando proporcionar através da mutualidade, assistência financeiras aos cooperados.

Tem sua constituição e funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/64, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias; pela Lei nº 5.764/71, que define a Política Nacional do Cooperativismo; pela Lei Complementar nº 130/09, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo; pela Resolução CMN nº 4.434/15 e suas alterações; pelas Resoluções CMN nº 4.910/21, 4.970/21 e 5.051/22, que dispõem sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito; e pelo Estatuto Social consolidado na Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 12 de abril de 2023.

A COOPESF participa do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado, de abrangência nacional, que tem por objeto prestar garantia de crédito nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$250.000,00 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez às filiadas.

A administração reafirma o propósito e o compromisso de continuar realizando as atividades e as operações normalmente, e não tem conhecimento de indícios ou incertezas que possam configurar sua descontinuidade.

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Diretoria da COOPESF, autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações financeiras em 26/09/2025. As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, atendendo às diretrizes contábeis estabelecidas pela Lei nº 6.404/76 e às alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, devidamente adaptadas às peculiaridades da legislação cooperativista. Também observam as normas e instruções do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN), além de serem apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

Foram aplicados os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), homologados pelos órgãos reguladores no âmbito do processo de convergência às normas contábeis internacionais, desde que não conflitem com a regulamentação específica do CMN e do BACEN, a saber:

- Pronunciamento Conceitual Básico (Resolução nº 4.924/2021);
- CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável do Ativo (Resolução nº 4.924/2021);
- CPC 03 – Fluxo de Caixa (Resolução nº 4.818/2020);
- CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Resolução nº 4.818/2020);
- CPC 06 – Arrendamento (Resolução nº 4.975/2021)
- CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações (Resolução nº 3.989/2011);
- CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro (Resolução nº 4.924/2021);
- CPC 24 – Eventos Subsequentes (Resolução nº 4.818/2020);
- CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (Resolução nº 3.823/09);
- CPC 28 – Propriedade para Investimento (Resolução nº 4.967/21);
- CPC 33 – Benefícios a Empregados (Resolução nº 4.877/2020);
- CPC 41 – Resultado por ação (Resolução nº 4.818/2020);
- CPC 46 – Mensuração do Valor Justo (Resolução nº 4.924/2021);
- CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (Resolução nº 4.924/2021).

Na elaboração destas demonstrações financeiras também foram observadas as disposições da Legislação Cooperativista.

Em conformidade com a regulamentação vigente, a COOPESF adotou as normas e instruções que entraram em vigor a partir de 1 de janeiro de 2025. A Resolução CMN nº 4.966/21 e Resolução BCB nº 352/23 representaram mudanças significativas nas normas contábeis para instrumentos financeiros, alinhando-se aos conceitos da norma internacional IFRS 9 (CPC 48). Como principal impacto da resolução presente na respectiva demonstração financeira, destaca-se:

- A adoção da metodologia simplificada para Perdas Esperadas associadas ao risco de crédito com base na classificação das operações de crédito por carteiras de C1 a C5, de acordo com a qualidade e suficiência das garantias apresentadas. Essa segmentação reflete o nível de risco de crédito, sendo C1 destinada às operações com garantias de maior robustez, e C5 às operações com garantias de menor qualidade ou relevância.
- Classificação e mensuração de ativos financeiros com base no modelo de negócio da COOPESF e nas características contratuais dos fluxos de caixa do ativo (também denominado teste de “SPPJ”); A adoção da metodologia diferenciada linear para fins do reconhecimento de receitas e despesas relativas aos custos de transação pela taxa de juros efetiva de operações de crédito e demais operações com característica de concessão de crédito classificadas na categoria custo amortizado;
- A adoção da metodologia diferenciada linear para fins do reconhecimento de receitas e despesas relativas aos custos de transação pela taxa de juros efetiva de operações de crédito e demais operações com característica de concessão de crédito classificadas na categoria custo amortizado;

- Mudança do critério de suspensão da apropriação de juros, que passa a ocorrer a partir do momento em que as operações são caracterizadas como “ativo financeiro com problema de risco de recuperação”; e
- Mudança no critério de baixa de ativos financeiros para prejuízo, que passam a ser baixados a partir do momento em que a Instituição não tem mais expectativa de recuperação.

A COOPESF implementou o conjunto de Instruções Normativas do Banco Central do Brasil que, a partir de 1º de janeiro de 2025, alteraram e definiram as rubricas contábeis do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif), abrangendo os seguintes grupos: (i) ativo realizável e permanente; (ii) compensação ativa e passiva; (iii) passivo exigível; (iv) patrimônio líquido; e (v) resultado credor e devedor.

A COOPESF adotou a disposição transitória prevista no artigo 79 da Resolução CMN nº 4.966/21 e no artigo 102 da Resolução BCB nº 352, de não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas).

3 RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis foram:

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão apresentadas a seguir:

a) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional. Referem-se a recursos que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a três e estão sujeitas a um risco insignificante de alteração no valor.

b) Ativos e passivos financeiros

Ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data da negociação.

Os ativos financeiros são baixados, se:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo financeiro expirarem.
- não houver expectativas razoáveis de sua recuperação. Neste caso, a baixa é realizada simultaneamente com a utilização da provisão para perda de crédito esperada relacionada. As recuperações subsequentes são contabilizadas como receita em contrapartida do ativo.

Os passivos financeiros são baixados quando extintos, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liberada, cancelada ou vencida.

c) Classificação de ativos financeiros

Em conformidade com as diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, os ativos financeiros são classificados e subsequentemente mensurados nas seguintes categorias:

- **Custo amortizado:** Categoria aplicável aos ativos financeiros mantidos dentro do modelo de negócios cuja estratégia de gestão é voltada exclusivamente para a obtenção de fluxos de caixa contratuais, compostos unicamente por pagamentos de principal e juros sobre o valor principal (SPPJ). A mensuração do ativo é realizada pelo valor de reconhecimento inicial, ajustado pelo método da taxa de juros efetiva, deduzido das amortizações de principal e juros, bem como de eventual provisão para perda de crédito esperada;
- **Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA):** Aplicável quando o ativo financeiro é mantido com o objetivo tanto de receber fluxos de caixa contratuais (pagamentos de principal e juros), quanto de ser eventualmente vendido; e
- **Valor Justo por Meio do Resultado (VJPR):** Ativos financeiros são classificados nesta categoria quando (i) não atendem aos critérios para classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ou (ii) quando são mensurados pelo seu valor justo em cada data de balanço e as variações desse valor são reconhecidas diretamente no resultado do período, refletindo imediatamente os efeitos de mercado nas demonstrações financeiras.

Modelos de negócios para gestão de ativos financeiros: são definidos conforme os objetivos da cooperativa, aprovados pelo Conselho de Administração, e indicam como grupos de ativos financeiros são geridos em conjunto para atingir metas específicas, considerando os riscos do modelo de negócios e sua avaliação e reporte à Administração.

SPPJ: avaliação dos fluxos de caixa gerados pelo instrumento financeiro, com o objetivo de verificar se se referem exclusivamente ao pagamento de principal e juros (contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo, risco de crédito e margem de lucro). Caso haja exposição a riscos ou volatilidade nos fluxos de caixa, o ativo financeiro não atende ao teste SPPJ e deve ser classificado na categoria de Valor Justo por meio do Resultado.

Instrumentos Patrimoniais: as ações e cotas são classificadas ao valor justo por meio do resultado.

d) Classificação de passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados e mensurados ao custo amortizado, exceto por:

- **Passivos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado:** classificação aplicada aos passivos financeiros designados, irrevogavelmente, ao valor justo por meio do resultado com o objetivo de reduzir assimetrias contábeis;

- **Compromissos de Empréstimos e Garantias Financeiras:** mensurados pelo maior valor entre (i) a provisão para perdas de crédito esperada; e (ii) o saldo da tarifa sobre o serviço a ser diferido no resultado, conforme prazo do contrato.

e) Taxa de juros efetiva

Método de juros efetivos para o cálculo da receita ou despesa de juros para os instrumentos financeiros ao custo amortizado, o qual considera custos e taxas diretamente atribuíveis ao contrato, como comissões pagas ou recebidas pelas partes do contrato, custos de transação e outros prêmios e descontos. A apropriação de juros deixa de ser reconhecida a partir do momento em que as operações são caracterizadas como “ativo financeiro com problema de risco de recuperação”.

f) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito foram constituídas em conformidade com a regulamentação vigente e com a política de risco. Foi adotada a metodologia simplificada para apuração das provisões, complementada pela metodologia sistêmica prevista na política. Esta metodologia estima a média de perdas que a cooperativa pode registrar em sua carteira de crédito em determinado período, considerando variáveis como: alocação de ativos por tipo de carteira, variação dos indicadores de inadimplência conforme a faixa de atraso e pesos atribuídos às vulnerabilidades de cada operação (C's de Crédito). O cálculo visa mensurar, em valores monetários, o nível esperado de provisionamento das perdas e aprimorar a gestão do risco de crédito. Caso a estimativa interna supere o mínimo regulamentar, aplica-se um complemento de provisão.

g) Ativo problemático

O instrumento financeiro se caracteriza como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito (ativo problemático) quando apresentar atraso superior a 90 dias no pagamento, operações reestruturadas ou quando houver evidências de que a obrigação não será integralmente honrada nas condições originalmente pactuadas, independentemente da existência de garantias ou colaterais.

A operação deixa de ser caracterizada como problemática quando, de forma cumulativa, forem atendidos os seguintes critérios: inexistência de parcelas vencidas (inclusive do grupo econômico), manutenção da pontualidade nos pagamentos por, no mínimo, 90 dias consecutivos, cumprimento das demais obrigações contratuais por período considerado suficiente e evidências de capacidade de pagamento integral, inclusive em operações reestruturadas, sem a necessidade de execução de garantias.

h) Outros ativos

Compreendem os bens, direitos e demais itens que não possuem natureza financeira, registrados de acordo com os critérios estabelecidos na regulamentação vigente. Incluem, entre outros, os ativos recebidos em liquidação de operações, ativos mantidos para venda, créditos tributários e despesas antecipadas, entre outros.

i) Imobilizado e intangível

O imobilizado é contabilizado ao custo de aquisição menos depreciação acumulada e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear com a utilização de taxas baseadas na vida útil estimada desses ativos.

O intangível corresponde a direitos adquiridos sobre bens incorpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, sendo demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas, calculadas com base na estimativa da vida útil do bem.

j) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revistos anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida no resultado do exercício em questão pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

k) Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes

Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

As provisões e passivos contingentes são avaliados com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais. O tratamento contábil das provisões e passivos contingentes depende da probabilidade do desembolso de recursos financeiros para liquidar as obrigações. De acordo com a probabilidade de perda são classificados como: (i) provável e são provisionados nas Demonstrações Contábeis; (ii) possível, não são provisionados e são informados nas Notas Explicativas; e (iii) remota, nenhuma provisão é reconhecida e os passivos contingentes não são divulgados nas Demonstrações Contábeis.

l) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para cada base de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo. As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e pela Contribuição Social quando auferirem resultados positivos provenientes de operações e atividades estranhas à sua finalidade ou realizadas com não associados, denominadas atos não cooperativos.

m) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa, elaboradas pelo método indireto, foram preparadas e

estão apresentadas em conformidade com o CPC 03 (R2) – Demonstrações dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

n) Segregação do circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com os prazos inferiores a 360 dias são classificados no circulante, e aqueles com prazos superiores, não circulante.

o) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Os eventos subsequentes, quando existirem, serão descritos em notas explicativas e são divulgados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 24 – Eventos Subsequentes.

Declaramos que não houve evento subsequente para as demonstrações encerradas em 30 de junho de 2025.

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O Caixa e equivalentes de caixa são formados por disponibilidades em moeda nacional e investimentos com liquidez imediata, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a três meses, utilizados para o gerenciamento dos compromissos de curto prazo da cooperativa.

Em consonância com a Resolução CFC 1.296/2010, itens 48 a 52, registramos informações complementares à Demonstração de Fluxo de Caixa: Todo saldo de Caixa e Equivalente de Caixa estava disponível para a entidade na data de 30/06/2025. Informamos ainda que a Cooperativa não possui linha de crédito pré-aprovada.

Caixa e equivalentes de caixa	30/06/2025
Disponibilidades	87.255,60
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	417.408,61
Títulos e Valores Mobiliários	1.474.861,54
TOTAL	1.979.525,75

Aplicações interfinanceiras de liquidez é composta por saldo mantido em conta e aplicado diariamente, com liquidez imediata, por meio de convênio com instituição financeira parceira

para utilização da Cabine e Compe, possibilitando uma maior oferta de serviços financeiros aos cooperados da COOPESF.

Os títulos classificados na categoria de títulos e valores mobiliários são aqueles cuja administração pode negociar ativa e frequentemente no mercado. Esses títulos possuem seu valor de custo atualizado pelos rendimentos incorridos até a data do balanço e ajustado pelo valor de mercado.

5 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	30/06/2025			
	A VENCER			
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
<u>Ativos financeiros ao custo amortizado</u>				
Depósitos interfinanceiros	-	50.000,00	-	50.000,00
Total ativo financeiro custo amortizado	-	50.000,00	-	50.000,00
<u>Ativos financeiros a VJR</u>				
Fundos de investimento ¹	1.474.861,54	-	-	1.474.861,54
Total ativo financeiro VJR	1.474.861,54	-	-	1.474.861,54
Total 30/06/2025	1.474.861,54	50.000,00	-	1.524.861,54

- (1) Os títulos classificados na categoria de fundos de investimento são aqueles cuja administração pode negociar ativa e frequentemente no mercado. Esses títulos possuem seu valor de custo atualizado pelos rendimentos incorridos até a data do balanço e ajustado pelo valor de mercado, sendo este ajuste lançado em conta específica do resultado do exercício;

6 OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As operações de crédito foram classificadas como custo amortizado.

- a) Em 30 de junho de 2025 a composição da carteira de operações de crédito de curto e longo prazo apresentava a seguinte distribuição:

Operações de crédito	30/06/2025			
	A Vencer		Total	
	Até 90	De 91 a 360		Acima de 360
Operações ativas	4.923.191,48	4.670.920,73	4.438.763,16	14.032.875,37

b) Registro da carteira de crédito classificada em não problemáticos e problemáticos:

Classificação da carteira	Não problemático	Problemático
Carteira C1	-	-
Carteira C2	230.004,72	-
Carteira C3	10.461.746,82	1.880.500,78
Carteira C4	62.775,10	-
Carteira C5	999.543,61	398.304,34
Total Geral	11.754.070,25	2.278.805,12

c) Classificação da carteira de crédito líquida por modalidade de crédito:

Carteira de crédito	Total carteira bruta	Provisão para perdas ¹	Total carteira líquida de provisão
Adiantamento a depositante	89.525,38	(77.809,69)	11.715,69
Empréstimos	13.298.035,09	(2.214.615,46)	11.083.419,63
Direitos creditórios descontados	645.314,90	(98.133,86)	547.181,04
Total operações de crédito	14.032.875,37	(2.390.559,01)	11.642.316,36

(1) As provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito são apuradas em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e estão de acordo com as normas e instruções do CMN e BCB.

d) Classificação da carteira de crédito bruta por carteiras de ativos financeiros:

Operações de crédito	C2	C3	C4	C5
Adiantamento a depositante	-	-	-	89.525,38
Empréstimos	230.004,72	11.696.932,70	62.775,10	1.308.322,57
Direitos creditórios descontados	-	645.314,90	-	-
Total	230.004,72	12.342.247,60	62.775,10	1.397.847,95

A classificação da carteira de ativos financeiros é realizada em conformidade com a Resolução BCB nº 352 de 23 de novembro de 2023.

e) Concentração de Devedores:

DESCRIÇÃO	30/06/2025	
	VALOR	%
Maior devedor	1.395.466,49	9,94%
10 seguintes maiores devedores	3.883.380,78	27,67%
20 seguintes maiores devedores	2.073.209,80	14,77%
40 seguintes maiores devedores	2.001.642,84	14,26%
Demais devedores	4.679.175,46	33,34%
TOTAL	14.032.875,37	

7 OUTROS ATIVOS FINANCEIROS**a) Ativos financeiros ao custo amortizado**

	30/06/2025
Outros ativos financeiros	Circulante
Outras rendas a receber ¹	58.691,33
Adiantamentos e antecipações salariais ²	21.862,61
Adiantamentos para pagamentos por conta da instituição	1.245,84
Devedores diversos – país ³	12.550,98
TOTAL	94.350,76

(1) O valor de rendas a receber refere-se a juros de cheque especial e adiantamento a depositante de competência do mês em curso que serão liquidadas no mês subsequente.

(2) Adiantamento e antecipações salariais refere-se aos pagamentos de 13º salário e férias cujo gozo ocorrerá no semestre subsequente.

(3) Devedores diversos é composto por pendências a regularizar e outros devedores.

8 ATIVOS NÃO FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Referem-se a bens de propriedade da instituição, não utilizados no desempenho da atividade social, inclusive os recebidos em liquidação de instrumentos financeiros de difícil ou duvidosa liquidação.

	30/06/2025
Ativos não financeiros - AMV	Não Circulante
Ativos não financeiros - AMV	613.241,54
TOTAL	613.241,54

9 OUTROS ATIVOS

São despesas pagas antecipadamente e das quais decorrerão benefícios para a COOPESF em períodos seguintes. São registradas ao custo de aquisição e amortizadas à medida em que forem sendo realizadas, em observância ao regime de competência:

	30/06/2025
Outros ativos	Circulante
Despesas pagas antecipadamente	14.940,00
TOTAL	14.940,00

10 IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

O Imobilizado de uso e intangível são demonstrados pelo custo de aquisição menos a depreciação e amortização acumulada. As depreciações e amortizações são calculadas com

base no histórico da empresa do prazo de utilização dos benefícios gerados por estes ativos.
Em 30 de junho de 2025 estão assim representados:

Descrição	Taxas anuais de depreciação (%)	30/06/2025		
		Custo Corrigido	Deprec/Amort Acumulada	Líquido
Imobilizado de Uso		841.602,74	(582.802,51)	258.800,23
Móveis e equipamentos de uso	10% a 20%	305.868,41	(273.450,09)	32.418,32
Imóveis	4%	535.734,33	(309.352,42)	226.381,91
Intangível		18.005,49	(6.174,27)	11.831,22
Sistemas de Processamento de Dados	20%	8.750,00	(1.310,26)	7.439,74
Licenças e Direitos Autorais e de Uso	20%	9.255,49	(4.864,01)	4.391,48
TOTAL		859.608,23	588.976,78	270.631,45

11 DEPÓSITOS

Os depósitos foram classificados como passivo financeiro ao custo amortizado:

- a) O grupo de depósitos é constituído pelo saldo mantido pelos cooperados em conta corrente (depósito à vista), e em aplicações financeiras (depósito a prazo), conforme abaixo:

Depósitos	30/06/2025
	Circulante
À Vista	93.065,65
A Prazo	8.676.626,01
TOTAL	644.378.856,28

- b) Depósito a Prazo – RDC-DI – Concentração de depositantes:

DESCRIÇÃO	30/06/2025	
	VALOR	%
Maior depositante	733.337,92	8%
10 seguintes maiores depositantes	3.933.157,45	45%
20 seguintes maiores depositantes	2.679.743,02	31%
40 seguintes maiores depositantes	1.184.093,74	14%
Demais depositantes	146.293,88	2%
TOTAL	8.676.626,01	

12 RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

As relações interfinanceiras, classificadas como passivo financeiro ao custo amortizado, estão compostas por obrigações junto a participantes de sistemas de liquidação.

13 OUTRAS OBRIGAÇÕES

Outras Obrigações	30/06/2025
	Circulante
IOF a recolher - operação de crédito	5.087,92
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social ¹	22.076,81
Cotas de Capital a Pagar ²	179.556,35
Fiscais e Previdenciárias ³	44.691,44
Despesas de Pessoal ⁴	99.897,31
Outros Passivos ⁵	1.096,21
TOTAL	352.406,04

- (1) Atendendo à instrução do BACEN, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº. 5.764/71.
- (2) O valor em cotas de capital a pagar refere-se à restituição do capital integralizado pelo associado, em razão do seu desligamento, por demissão, exclusão ou eliminação, conforme estabelecido no parágrafo 4º do artigo 24 da Lei nº 5.764/71.
- (3) Referem-se aos impostos e contribuições a recolher devidos pela instituição ou retidos na fonte, que serão recolhidos posteriormente conforme determina a legislação.
- (4) Provisão para pagamento de despesas com pessoal representa o valor necessário para pagamento de 13º salário, férias e seus respectivos encargos, apurados pelo número de dias de direito dos funcionários.
- (5) Outros passivos representam valores a pagar de obrigações pendentes a serem regularizadas no decorrer do semestre seguinte.

14 PROVISÃO E OUTRAS OBRIGAÇÕES COM INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Referem-se as provisões para perdas de crédito com compromissos de créditos:

Obrigações com instrumentos financeiros	Base	Provisão para perdas
Compromissos de crédito	728.221,33	1.475,58
TOTAL	728.221,33	1.475,58

15 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido é composto por Capital Social, Reserva de Lucros e Sobras Acumuladas.

a) Capital Social:

O capital social é dividido em cotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real),

sendo que cada associado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes. O ingresso ou a permanência no quadro social é livre àqueles que desejarem utilizar os produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa, desde que adiram aos propósitos sociais, concordem, preencham e satisfaçam as condições estabelecidas no Estatuto Social e no Regimento Interno da Cooperativa.

O capital social e número de associados estão assim compostos:

Descrição	30/06/2025
Capital Social	7.260.319,63
Número de Associados	5.153

b) Integralização e baixas de Capital

Representam o ingresso de novos associados com integralização de cotas-partes e o desligamento de associados mediante solicitação de devolução do capital integralizado. Também constam nessas movimentações as novas captações de cooperados ativos

c) Gestão do Capital

A análise de suficiência de capital na visão regulatória tem como objetivo avaliar se a Instituição possui Patrimônio de Referência (capital disponível) em nível superior ao capital exigido para cobertura dos riscos. A plena adaptação ao arcabouço regulatório de Basiléia III, em conjunto com a capacidade de gerar resultados, contribui para que a Cooperativa mantenha índices de capital estáveis, com folga de capital em patamar confortável, em relação ao mínimo regulatório.

Os fluxos de capital são um aspecto importante na análise de vulnerabilidades. A composição do capital da COOPESF mostra que o nível de concentração de risco é muito baixo, sendo que o maior saldo de capital representa 7% da composição total. A estratégia de diversificação sinaliza que o nível de concentração está equilibrado.

d) Reserva legal

O fundo de reserva das cooperativas de crédito é constituído de acordo com o artigo 28, inciso I, da Lei nº 5.764/71, e é destinado a compensar perdas e a atender ao desenvolvimento de suas atividades. Ao final do exercício as cooperativas são obrigadas a destinar no mínimo 10% das Sobras Líquidas do Exercício.

e) Sobras ou perdas acumuladas

As sobras acumuladas do exercício de 2024 foram destinadas conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 25 de abril de 2025. O saldo negativo de (-) R\$ 2.369.987,51 representa o resultado da Cooperativa no 1º semestre de 2025.

16 RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

a) Operações de crédito:

DESCRIÇÃO	30/06/2025
Rendas de adiantamentos a depositantes	23.166,04
Rendas de empréstimos	2.097.801,65
Rendas de direitos creditórios descontados	132.688,40
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	262.460,72
TOTAL	2.516.116,81

b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários:

DESCRIÇÃO	30/06/2025
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	18.690,07
Rendas de títulos de renda fixa	340,64
Rendas de aplicações em fundos de investimento	139.167,55
TOTAL	158.198,26

17 DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

a) Operações de captação no mercado:

DESCRIÇÃO	30/06/2025
Despesas de depósitos a prazo	(800.661,36)
Contribuição FGCOOP	(6.619,33)
TOTAL	(807.280,69)

b) Provisão para perdas esperadas:

DESCRIÇÃO	30/06/2025
Operações de crédito	(2.812.543,65)
Compromissos de crédito	477,54
TOTAL	(2.812.066,11)

18 OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

a) Despesas de Pessoal:

DESCRIÇÃO	30/06/2025
Honorários	(316.659,80)
Proventos	(271.444,84)
Encargos Sociais	(132.749,70)
Benefícios	(150.197,65)
Treinamentos	(13.720,83)
TOTAL	(884.772,82)

b) Despesas Administrativas:

DESCRIÇÃO	30/06/2025
Água, Energia e Gás	(4.696,41)
Aluguéis	(5.184,00)
Comunicação	(16.674,53)
Manutenção e Conservação de Bens	(34.875,78)
Material	(4.305,38)
Processamento de Dados	(65.237,87)
Propaganda e Publicidade	(7.008,00)
Serviços do Sistema Financeiro	(35.607,31)
Serviços de Terceiros	(28.873,16)
Serviços Técnicos Especializados	(171.346,21)
Transporte	(7.891,76)
Outras Despesas Administrativas	(148.270,75)
TOTAL	(529.971,16)

c) Despesas tributárias

DESCRIÇÃO	30/06/2025
Despesas com tributos estaduais	(2.127,75)
Despesas com tributos municipais	(2.830,10)
Contribuição ao PIS/PASEP	(2.393,83)
TOTAL	(7.351,68)

d) Aprovisionamentos e ajustes patrimoniais:

DESCRIÇÃO	30/06/2025
Amortização	(5.736,78)
Depreciação	(12.286,21)
TOTAL	(18.022,99)

e) Outras despesas operacionais:

DESCRIÇÃO	30/06/2025
Descontos concedidos em operações de crédito	(8.871,83)
Outras despesas operacionais	(236,28)
TOTAL	(9.108,11)

19 PARTES RELACIONADAS

Parte relacionada é a pessoa ou a entidade que se relaciona de maneira relevante com a cooperativa. A cooperativa deve divulgar a natureza do relacionamento, montante das transações, prazos e condições, garantias dadas ou recebidas e provisão para crédito de liquidação duvidosa.

a) Remuneração dos administradores:

Na Assembleia Geral Ordinária, realizada anualmente, é estabelecida a remuneração para a Diretoria Executiva, Conselho de Administração e para o Conselho Fiscal. Em assembleia

realizada em abril de 2025 foi aprovado a remuneração máxima no ano de R\$542.826,00 dos honorários, gratificações, cédulas de presença e pró-labore.

b) Operações ativas e passivas:

Foram realizadas transações com membros estatutários na forma de depósitos, operações de crédito, capital social e outros serviços. As taxas e prazos oferecidos para estes membros são condizentes com as usufruídas pelos demais cooperados da nossa cooperativa.

Demonstramos o montante de operações ativas e passivas com membros estatutários:

NATUREZA DA OPERAÇÃO	30/06/2025	% EM RELAÇÃO DO TOTAL
Operações de Crédito	86.943,43	0,62%
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.309,54)	0,05%
Operações Ativas	85.633,89	
Depósitos	802.322,57	9,15%
Capital Social	631.107,88	8,69%
Operações Passivas	1.433.430,45	

Outras Partes Relacionadas: Outras partes relacionadas é representada por familiares próximos (pais, filhos e cônjuges) de membros estatutários, com potencial influência de alteração do capital destes.

NATUREZA DA OPERAÇÃO	30/06/2025	% EM RELAÇÃO DO TOTAL
Depósitos	457.622,58	5,22%
Capital Social	426.777,24	5,88%
Operações Passivas	884.399,82	

20 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os ativos e passivos financeiros estão demonstrados no balanço patrimonial por valores iguais ou que se aproximam dos seus valores de mercado.

21 ÍNDICE DE BASILÉIA

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR) compatível com os riscos de suas atividades, e de acordo com a Resolução CMN nº 4.606, artigo 12, o requerimento mínimo de patrimônio exigido em relação à ponderação de ativos é de 12% na data-base das demonstrações.

Apresentamos abaixo o realizado para o semestre findo e exercício anterior:

DESCRIÇÃO	30/06/2025
Patrimônio de referência	5.573.234,38
RWA total (Regime Prudencial Simplificado)	12.536.183,73
Patrimônio requerido	2.131.151,23
Índice de Basileia	44,46%

22 IMPLEMENTAÇÃO DA RESOLUÇÃO CMN Nº 4.966/21

A partir de 1º de janeiro de 2025 foram implementadas as mudanças necessárias para garantir conformidade regulatória e a adequada mensuração do risco de crédito, conforme disposto na Resolução CMN nº 4.966/21.

Os efeitos dos ajustes decorrentes da aplicação dos critérios contábeis estabelecidos pela referida resolução foram registrados no patrimônio líquido, em contrapartida à conta de sobras ou perdas acumuladas, pelo valor líquido dos efeitos tributários, conforme demonstrado a seguir:

Sobras ou perdas acumuladas em 31 de dezembro de 2024	248.655,55
Ajustes de transição no Patrimônio Líquido	
Perda esperada para operações de crédito	(60.577,36)
Provisão para perdas com obrigações com instrumentos financeiros	(1.953,12)
Efeito dos ajustes de transição no Patrimônio Líquido	(62.530,48)
Sobras ou perdas acumuladas em 31 de janeiro de 2025	186.125,07

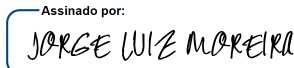
Os impactos apresentados refletem as mudanças necessárias para garantir conformidade regulatória e a adequada mensuração do risco de crédito, assegurando a transparência e a consistência das informações financeiras da Cooperativa.

A Administração da **COOPERATIVA DE CRÉDITO E SERVIÇOS FINANCEIROS DE CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA - COOPESF** é responsável pelas informações divulgadas neste relatório.

Curitiba –PR, 30 de junho de 2025.

DocuSigned by:

 14D320755CB64E0...
Claudinei Fernando Eschholz
 Diretor Financeiro

Assinado por:

 D3039D6A199446A...
Jorge Luiz Moreira
 Diretor Administrativo

DocuSigned by:

 B8DAEB7FBCFB40D...
Géssica Benício Felipe
 Contadora
 CRC: PR – 066.344/O-6